

A large, modern glass skyscraper with a grid-like facade, reflecting the sky and surrounding environment. The building is the central focus of the cover page.

Relatório e Contas

2025

www.acrisure.pt

Índice

Relatório de Gestão

Enquadramento económico

Enquadramento do setor

A Acrisure Portugal

Visão Geral 2025

Destaques da atividade

Perspetivas para 2026

Sumário Financeiro

Notas Finais

Demonstrações Financeiras Individuais

Anexo

Certificação legal de Contas

Relatório de Gestão 2025



Enquadramento económico

O ano de 2025 decorreu num contexto económico internacional caracterizado por crescimento moderado, desaceleração gradual da inflação e persistência de níveis elevados de incerteza geopolítica e comercial. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial manteve uma trajetória de expansão, ainda que a um ritmo mais contido face ao período de recuperação pós-pandemia, refletindo o impacto das condições financeiras mais restritivas, a evolução moderada do comércio internacional e a persistência de tensões geopolíticas entre algumas das principais economias.

Na área do euro, a atividade económica evoluiu de forma moderada ao longo do ano. A desaceleração da inflação permitiu uma progressiva normalização das condições monetárias, embora o crescimento económico tenha permanecido condicionado pela evolução da procura externa e pelo impacto das políticas monetárias restritivas implementadas nos anos anteriores. O mercado de trabalho manteve-se globalmente resiliente, com níveis de desemprego historicamente baixos no conjunto da área do euro.

Em Portugal, a economia voltou a apresentar um desempenho relativamente favorável no contexto europeu. Após um crescimento de 2,1% em 2024, o PIB português aumentou 1,9% em 2025, mantendo um ritmo de expansão moderado. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), esta evolução foi sustentada sobretudo pelo contributo positivo da procura interna, em particular do consumo privado e do investimento.

O enquadramento macroeconómico foi igualmente marcado pela continuação do processo de desaceleração da inflação observado nos anos anteriores. Segundo o Banco de Portugal, após uma taxa média de inflação de 2,3% em 2024, a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em torno de 2,2% em 2025, aproximando-se gradualmente do objetivo de estabilidade de preços definido para a área do euro.

O mercado de trabalho português manteve uma evolução globalmente positiva ao longo do ano. Após uma taxa de desemprego de 6,4% em 2024, o desemprego diminuiu para 6% em 2025, refletindo a resiliência da atividade económica e a manutenção de níveis elevados de emprego.

Em síntese, o ano de 2025 caracterizou-se por um contexto de crescimento económico moderado, desaceleração da inflação e manutenção de níveis robustos de emprego, ainda que num ambiente internacional marcado por incerteza geopolítica e comercial.

Enquadramento do setor

O setor segurador português manteve, em 2025, uma trajetória de crescimento e estabilidade, refletindo a evolução da atividade económica e a procura consistente de soluções de proteção e gestão de risco por parte das famílias e das empresas.

De acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o volume da produção de seguro direto em Portugal atingiu cerca de 16,2 mil milhões de euros em 2025, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 13% face ao ano anterior.

Embora o ramo Vida tenha registado um crescimento significativo ao longo do ano, os ramos Não Vida continuaram a assumir um papel estrutural no mercado segurador, assegurando a cobertura de riscos associados à atividade económica, à proteção das pessoas e à salvaguarda do património das famílias e das empresas.

Nos ramos Não Vida, a produção registou um crescimento de cerca de 9,2% em 2025, refletindo a evolução positiva da generalidade das principais linhas de negócio.

Entre os ramos com maior peso no mercado destacam-se:

- Seguro Automóvel, que permanece como o principal ramo dos seguros Não Vida, representando cerca de 32% da produção deste segmento, associado à cobertura obrigatória de responsabilidade civil e a garantias complementares de proteção;
- Seguro de Doença, que tem registado um crescimento consistente nos últimos anos e representou cerca de 22% da produção Não Vida, refletindo a crescente procura por soluções de proteção complementar na área da saúde;
- Acidentes de Trabalho, diretamente influenciado pela evolução do mercado de trabalho e da atividade empresarial;
- Incêndio e Outros Danos, associado à proteção do património das empresas e das famílias.



A evolução da atividade seguradora continuou a evidenciar níveis significativos de custos com sinistros nos ramos Não Vida, associados, entre outros fatores, à evolução dos custos de reparação no ramo automóvel, ao aumento da utilização de cuidados de saúde e à dinâmica da atividade económica.

Adicionalmente, a ocorrência de fenómenos meteorológicos adversos continuou a ter impacto na sinistralidade do setor. Em março de 2025, a tempestade Martinho afetou diversas regiões do território nacional, originando um número significativo de participações de sinistros, sobretudo nos ramos associados à proteção do património. De acordo com dados do setor segurador, os danos cobertos por seguros associados a este evento ascenderam a cerca de 65 milhões de euros.

Neste contexto, a corretagem de seguros continua a desempenhar um papel relevante na distribuição de produtos seguradores, assegurando o aconselhamento aos clientes, a identificação das soluções de proteção mais adequadas e a proximidade entre as empresas de seguros e os diferentes agentes económicos.

No plano prudencial, o setor segurador português continuou a apresentar níveis robustos de solvência, refletindo a solidez financeira das empresas de seguros e a adequação dos níveis de capital face aos riscos assumidos, no quadro do regime prudencial Solvência II.

Em síntese, o setor segurador demonstrou, em 2025, resiliência e capacidade de crescimento, sustentadas pela evolução positiva da produção, pela procura consistente de soluções de proteção e pela manutenção de um enquadramento prudencial sólido.

A Acrisure Portugal

Visão Geral 2025

O exercício de 2025 representou mais uma etapa relevante no desenvolvimento e consolidação da atividade da empresa no mercado de corretagem de seguros em Portugal.

Neste contexto, o ano ficou igualmente marcado pelo reforço do posicionamento da empresa no seio do grupo Acrisure, uma das maiores plataformas globais de corretagem de seguros e consultoria em risco.

Durante o ano, a sociedade procedeu à alteração da sua designação social para Acrisure Portugal, refletindo o alinhamento com a identidade e estratégia do grupo internacional. Esta alteração reforça a integração da empresa numa organização global que combina talento humano, tecnologia avançada e soluções baseadas em dados, contribuindo para a transformação do modelo tradicional de corretagem de seguros.

Fundada em 2005, a Acrisure tem registado um crescimento muito significativo no setor da corretagem de seguros e posiciona-se atualmente entre os maiores corretores de seguros a nível mundial. O grupo conta com cerca de 19.000 colaboradores, está presente em 23 países e gera receitas anuais superiores a 5 mil milhões de dólares, ocupando atualmente a 8.ª posição no ranking mundial de corretores de seguros.

No âmbito da estratégia de crescimento e reforço da presença no mercado nacional, foi concretizada durante o exercício a aquisição da sociedade José Manuel Marques Teixeira – Mediação de Seguros, Unipessoal, Lda., sediada em Loures, operação que representa um passo relevante no desenvolvimento da atividade da empresa, reforçando a sua carteira de clientes e a presença da Acrisure Portugal no mercado nacional.

Em novembro de 2025 cessou funções o então Chief Executive Officer da sociedade, a quem a empresa expressa o seu reconhecimento pelo contributo prestado ao longo do seu mandato para o desenvolvimento e consolidação da atividade da organização. Até à nomeação do novo Chief Executive Officer, em janeiro de 2026, a gestão executiva da sociedade foi assegurada internamente, garantindo a continuidade da atividade e a estabilidade da organização.

Importa igualmente referir que durante o exercício de 2025 não se registaram alterações na estrutura acionista da sociedade.

Em linha com os exercícios anteriores, a empresa manteve uma evolução positiva dos seus principais indicadores de atividade, reforçando o seu posicionamento no mercado e consolidando a sua estratégia de crescimento sustentado.

Destaques da atividade

Volume de Negócios

Conforme antecipado no final do ano de 2024, a perda de parte significativa da carteira de um importante cliente teve impacto na evolução do volume de negócios em 2025. Neste contexto, o volume de negócios registou uma redução de cerca de 4%, refletindo essencialmente este efeito não recorrente.

Excluindo este impacto, a atividade manteve uma evolução globalmente estável, evidenciando a resiliência da carteira remanescente e a capacidade de retenção e desenvolvimento de negócio com os restantes clientes.

A sociedade mantém o seu foco na reposição do crescimento orgânico, através do reforço da base de clientes e do desenvolvimento de novas oportunidades comerciais.

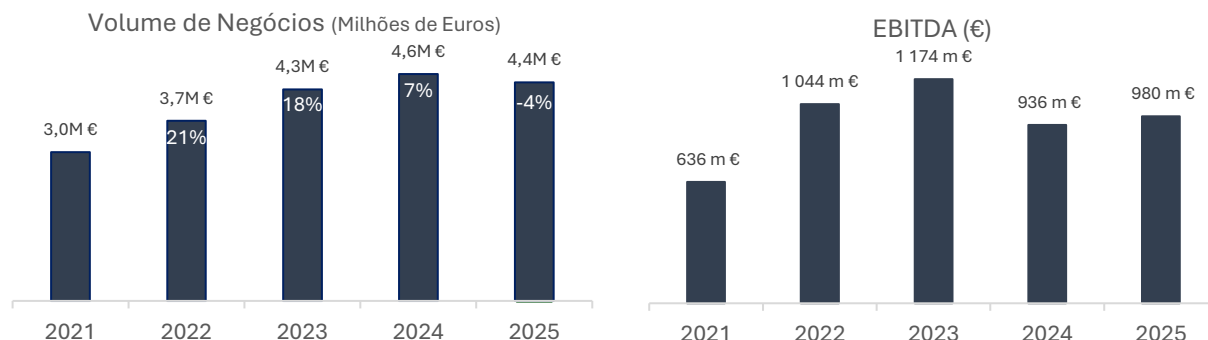
EBITDA

A consolidação a que nos referimos em anteriores Relatórios de Gestão é demonstrada pelos níveis de EBITDA alcançados nos últimos exercícios.

Em 2025, a empresa registou um crescimento do EBITDA, refletindo a evolução da atividade e a manutenção de níveis elevados de rentabilidade.

Importa referir que o resultado do exercício incorpora custos de gestão imputados pela casa-mãe Acrisure, os quais representam um montante relevante na estrutura de custos da sociedade.

Excluindo este efeito, o EBITDA situar-se-ia em cerca de 28 %, mantendo-se em linha com os níveis de desempenho que a empresa tem vindo a apresentar nos últimos anos.



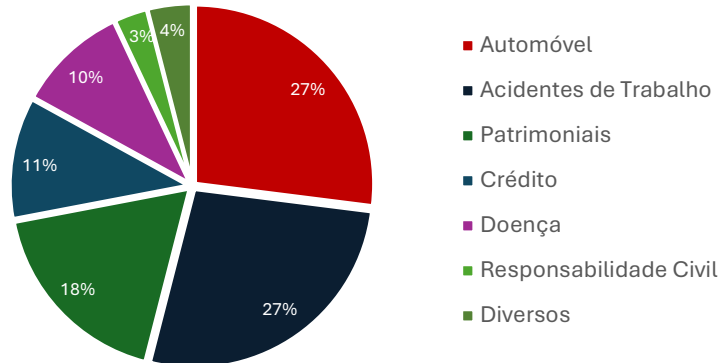
Dispersão de risco

Mantemos sempre presente a preocupação de assegurar níveis adequados de dispersão de risco, contribuindo para a estabilidade da empresa. Neste contexto, destacam-se os seguintes indicadores:

- Presença em doze cidades;
- O peso do Top 10 de clientes em comissões líquidas passou de 17,2% em 2024 para 15% em 2025;
- Os clientes particulares representam 31% das comissões líquidas;
- Por setor de atividade, o peso acumulado do Top 10 representa 23% das comissões líquidas, comparando com 25% em 2024;
- O principal setor de atividade dos clientes empresariais representa 3,8% das comissões líquidas totais, enquanto o segundo setor mais representativo corresponde a 3,7%.

Distribuição da carteira por Produto

Não se registaram alterações significativas na distribuição da carteira por produto face ao exercício anterior, mantendo-se a estrutura global estável.



Indicadores económico-financeiros

Destacamos os seguintes indicadores económico-financeiros alcançados no exercício de 2025:

- Autonomia Financeira: 40,27%
- Solvabilidade: 67,41%
- Liquidez Geral: 1,357

Perspetivas para 2026

De acordo com o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá crescer cerca de 1,8% em 2026, num contexto de normalização das condições financeiras e de execução dos fundos europeus, mantendo-se uma trajetória de crescimento moderado nos anos seguintes.

O crescimento económico deverá continuar a ser suportado pela evolução do consumo e do investimento, beneficiando de níveis de emprego elevados e de uma inflação estabilizada. Ainda assim, a evolução da atividade económica permanece condicionada por fatores de incerteza, nomeadamente no contexto geopolítico internacional.

A economia portuguesa deverá continuar a crescer acima da média da área do euro, mantendo-se um enquadramento globalmente favorável à atividade seguradora.

A Acrisure Portugal

Após um exercício de 2025 marcado por desenvolvimentos relevantes, designadamente a integração na marca Acrisure e a concretização da aquisição da sociedade José Manuel Marques Teixeira – Mediação de Seguros, Unipessoal, Lda., a empresa encara 2026 com um posicionamento reforçado no mercado.

O mercado continua a apresentar uma dinâmica de consolidação, mantendo-se a empresa atenta a oportunidades que possam contribuir para o reforço da sua estratégia de crescimento.

A Acrisure Portugal continuará a privilegiar uma estratégia de crescimento orgânico sustentado, suportada no desenvolvimento da carteira de clientes e na identificação de novas oportunidades de negócio.

A integração na plataforma internacional Acrisure continuará a abrir novas oportunidades de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da utilização de tecnologia e da inovação no modelo de negócio.

Será dada continuidade às iniciativas de melhoria da organização, com enfoque nos níveis de serviço aos clientes e na eficiência dos processos internos.

Paralelamente, continuará a ser dada especial atenção à cultura organizacional e à felicidade das equipas, reconhecendo o seu papel determinante na sustentabilidade e no desempenho da empresa.

A empresa manterá igualmente um nível elevado de investimento na formação e desenvolvimento dos seus colaboradores.

Sumário Financeiro

Evolução dos Investimentos

O investimento direto atingiu em 2025 o montante de 105 034,49 €, dividido nas seguintes rubricas:

Rubrica	Valor
435 - Equipamento Administrativo	32 100,45 €
437 - Outros ativos fixos tangíveis	32 635,30 €
441 - Trespases (Goodwill)	40 298,74 €
TOTAL	105 034,49 €

Evolução dos Financiamentos

Terminamos o exercício de 2025 com 4.001.561,08 € de financiamentos obtidos, o que representa um aumento de 3.999.752,84 € face ao exercício anterior, reportado a financiamentos de Médio e Longo Prazo de natureza intragrupo alinhados com a política de investimento e reorganização societária definida, e não existindo exposição a entidades financiadoras externas.

A estrutura de financiamento adotada é considerada adequada à natureza dos ativos adquiridos e ao perfil de geração de fluxos de caixa esperado, não implicando alteração do perfil de risco financeiro da sociedade.

Rubrica	2025	2024	Δ Valor	Δ %
Curto Prazo	1 561,08 €	1 808,24 €	(247,16 €)	-14%
M/L Prazo	4 000 000,00 €	0,00 €	4 000 000,00 €	100%
TOTAL	4 001 561,08 €	1 808,24 €	3 999 752,84 €	n.a.

Evolução dos Rendimentos

No exercício de 2025, os rendimentos da sociedade ascenderam a 4.922.067,56 €, representando um aumento de 287.130,33 € face ao exercício anterior.

A rubrica de prestação de serviços registou uma redução de 4%, em linha com o antecipado no final do exercício de 2024, refletindo o impacto da perda de parte significativa da carteira de um importante cliente. Excluindo este efeito, a atividade apresentou uma evolução globalmente estável, evidenciando a resiliência da carteira remanescente e a capacidade de retenção e desenvolvimento de negócio com os restantes clientes.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta um aumento significativo, essencialmente explicado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, no montante de 442.230,84 €, ao abrigo do método da equivalência patrimonial.

A evolução global dos rendimentos encontra-se, assim, alinhada com os riscos identificados no período anterior.

Rubrica	2025	2024	Δ Valor	Δ %
Prestação de Serviços	4 438 015,46 €	4 612 334,08 €	(174 318,62 €)	-4%
Subsídios à exploração	0,00 €	284,78 €	(284,78 €)	-100%
Outros rendimentos e ganhos	484 052,10 €	22 318,37 €	461 733,73 €	n.a.
TOTAL	4 922 067,56 €	4 634 937,23 €	287 130,33 €	6%

Evolução dos Gastos

Os gastos da sociedade totalizaram 4.322.655,79 € no exercício de 2025, representando um aumento de 486.894,36 € face ao exercício anterior, correspondente a uma variação de 13%.

A rubrica de FSE registou uma redução de 9%, essencialmente explicada pela diminuição dos gastos com serviços especializados, que reflete a redução dos *management charges* imputados pela casa-mãe.

Em sentido inverso, a rubrica de gastos com o pessoal apresentou um aumento de 23%, refletindo o reforço da estrutura de recursos humanos da sociedade.

Adicionalmente, a rubrica de juros e gastos similares suportados registou um aumento, refletindo encargos associados a financiamento M/L prazo intragrupo.

As restantes rubricas não apresentam variações materialmente relevantes face ao exercício anterior.

Rubrica	2025	2024	Δ Valor	Δ %
FSE	1 693 262,52 €	1 856 151,75 €	(162 889,23 €)	-9%
. Subcontratos	3 932,47 €	2 895,03 €	1 037,44 €	36%
. Serviços Especializados	1 205 207,34 €	1 357 007,60 €	(151 800,26 €)	-11%
. Materiais	50 416,79 €	41 820,09 €	8 596,70 €	21%
. Energias e Fluidos	37 402,56 €	27 121,38 €	10 281,18 €	38%
. Deslocações, estadas e transportes	134 968,77 €	215 462,01 €	(80 493,24 €)	-37%
. Serviços Diversos	261 334,59 €	211 845,64 €	49 488,95 €	23%
Gastos com pessoal	2 133 659,00 €	1 734 921,25 €	398 737,75 €	23%
Depreciações e Amortizações	151 260,74 €	139 518,98 €	11 741,76 €	8%
Aumentos/reduções de justo valor	2 104,00 €	3 844,00 €	(1 740,00 €)	-45%
Outros Gastos e Perdas	112 999,64 €	101 157,59 €	11 842,05 €	12%
Juros e gastos similares suportados	229 369,89 €	167,86 €	229 202,03 €	n.a.
TOTAL DOS GASTOS	4 322 655,79 €	3 835 761,43 €	486 894,36 €	13%

Evolução dos Capitais Próprios / Investimentos Financeiros

Os capitais próprios da sociedade registaram evolução positiva no exercício de 2025, refletindo essencialmente o resultado líquido apurado no período.

No que respeita aos investimentos financeiros, destaca-se a participação detida na subsidiária, registada ao abrigo do método da equivalência patrimonial.

Durante o exercício, esta participação foi valorizada, tendo sido reconhecido um ganho no montante de 442.230,84 €, refletido na demonstração de resultados. Esta evolução está associada ao desempenho da participada, não correspondendo a fluxos financeiros realizados no período.

Fatores relevantes ocorridos após o termo do Exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

Aquisição / Alienação de quotas próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que no exercício de 2025 a Acrisure Portugal não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o número de quotas próprias detidas em 31/12/2025.

Negócios entre a sociedade e seus administradores

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais (negócios entre os gerentes e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Sucursais

Nos termos da alínea g do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a Acrisure Portugal possui 12 Sucursais em Guimarães, Anadia, Cabeceiras de Basto, Covilhã, Espinho, Fafe, Leiria, Lisboa, Porto, São Pedro do Sul, Viana do Castelo e Vila Real.

Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A Acrisure Portugal não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Garantia Bancária/Seguro de Caução e Seguro de Responsabilidade Civil

A Acrisure Portugal tem emitida apólice de seguro de caução na Euler Hermes SA - sucursal em Portugal e seguro de Responsabilidade Civil Profissional na AIG Europe SA, em cumprimento das normas da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no valor de 522 357,35 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Rubrica	Valor
Reservas Livres	522 357,35 €
TOTAL	522 357,35 €

Notas Finais

Uma palavra de especial apreço e gratidão a todas as entidades, parceiros, clientes e colaboradores que contribuíram para o desempenho alcançado em 2025.

A empresa expressa igualmente um agradecimento particular aos seus colaboradores, pelo compromisso e dedicação demonstrados ao longo do exercício, fundamentais para a concretização dos resultados obtidos.

A Acrisure Portugal não se encontra exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira ou na continuidade das suas operações. As decisões do órgão de gestão assentam em princípios de prudência, entendendo-se que as obrigações assumidas são adequadamente suportadas pela capacidade financeira da empresa.

A Acrisure Portugal mantém-se focada na criação de valor sustentável para clientes, colaboradores e acionistas, reforçando o seu posicionamento no mercado de corretagem de seguros.

Excelência / Felicidade / Rentabilidade / Crescimento.

Guimarães, 24 de março de 2026,

A Gerência,

Signed by:

Jason Patrick Howard

5C9CC46407534C9...

JASON PATRICK HOWARD
Gerente

Signed by:

John Alexander Thomas England

EA43495810A4402...

JOHN ALEXANDER THOMAS ENGLAND
Gerente

Assinado por:

[Signature]

BC6996174E4A484...

RICARDO DOMINGOS ABREU DOS SANTOS MOREIRA
Gerente

Signed by:

[Signature]

9429DF3F4960483...

STEFANO FRANCESCO SARDARA
Gerente

Demonstrações Financeiras Individuais 2025

Balço Individual em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em EURO)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	112 336,22	70 204,58
Goodwill	5	2 077 827,16	2 165 542,48
Ativos Intangíveis	5	0,00	642,57
Investimentos Financeiros	10	4 759 144,87	115 847,46
Total dos Activos Não Correntes		6 949 308,25	2 352 237,09
Activo Corrente			
Cientes	8.2.4	0,00	1 200,00
Estado e Outros Entes Publicos	11.4	43 771,58	3 584,40
Outros créditos a receber	8.2.5	376 868,89	540 981,12
Diferimentos		16 195,05	16 011,93
Caixa e depósitos bancários		643 592,77	877 124,19
Total dos Activos Correntes		1 080 428,29	1 438 901,64
Total do Activo		8 029 736,54	3 791 138,73
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	8.1	250 000,00	250 000,00
Outros instrumentos de capttotal próprio	8,1	0,00	0,00
Reservas legais	8.1	50 000,00	50 000,00
Outras reservas	8.1	1 412 518,51	833 675,31
Resultados transitados	8.1	994 789,81	994 789,81
Excedentes de revalorização	8.1	3 712,30	3 712,30
Resultado líquido do período	8.1	522 357,35	578 843,20
Total do Capital Próprio		3 233 377,97	2 711 020,62
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos	8.2.3	4 000 000,00	0,00
Outras dívidas a pagar	8.2.2	0,00	0,00
Total do Passivo não Corrente		4 000 000,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	8.2.1	11 607,34	15 215,59
Estado e outros entes públicos	11.4	61 667,79	72 212,90
Financiamentos obtidos	8.2.3	1 561,08	1 808,24
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	8.2.2	721 522,36	990 881,38
Total do Passivo Corrente		796 358,57	1 080 118,11
Total do Passivo		4 796 358,57	1 080 118,11
Total do Capital Próprio e Passivo		8 029 736,54	3 791 138,73

Assinado por:



A95063171755404...

LUCIANO VEIGA BALTAR

Contabilista Certificado n.º 6546

Signed by:



SC9CC46407534C9...

JASON PATRICK HOWARD

Gerente

Signed by:



E1338681044102...

JOHN ALEXANDER THOMAS ENGLAND

Gerente

Assinado por:



BC6896174E4A484...

RICARDO DOMINGOS ABREU DOS SANTOS MOREIRA

Gerente

Signed by:



9429DF3E4960483...

STEFANO FRANCESCO SARDARA

Gerente

Demonstração Individual de Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em EURO)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	6.2	4 438 015,46	4 612 334,08
Subsídios à exploração	7.1	0,00	284,78
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6.2	442 230,84	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	6.3	(1 693 262,52)	(1 856 151,75)
Gastos com o pessoal	9.1	(2 133 659,00)	(1 734 921,25)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	10.1	(2 104,00)	(3 844,00)
Outros rendimentos	6.2	41 821,26	19 018,37
Outros gastos		(112 999,64)	(101 157,59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		980 042,40	935 562,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.1.2 - 5.1.3	(151 260,74)	(139 518,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		828 781,66	796 043,66
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	3 300,00
Juros e gastos similares suportados		(229 369,89)	(167,86)
Resultado antes de impostos		599 411,77	799 175,80
Imposto sobre o rendimento do período	11.3	(77 054,42)	(220 332,60)
Resultado líquido do período		522 357,35	578 843,20

Assinado por:



A95009171755404...

LUCIANO VEIGA BALTAR

Contabilista Certificado nº 6546

Signed by:



5C9CC46407534C9...

JASON PATRICK HOWARD

Gerente

Signed by:



EA43495810A4402...

JOHN ALEXANDER THOMAS ENGLAND

Gerente

Assinado por:



BC0890174E4A434...

RICARDO DOMINGOS ABREU DOS SANTOS MOREIRA

Gerente

Signed by:



94290C3F5408453...

STEFANO FRANCESCO SARDARA

Gerente

Anexo 2025

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

ACRISURE PORTUGAL - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPESSOAL, LDA

NIPC e Número de matrícula no registo comercial: 500081786, com capital social totalmente realizado de 250.000 Euros

Sede social: Rua Alexandre Herculano n.º 230, freguesia de Azurém, 4800-026 Guimarães

Endereço eletrónico: geral.pt@acrisure.com

Página da internet: www.acrisure.pt

Natureza da atividade: Atividades de mediadores de seguros

CAE Principal: 66220

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC, apresentando as demonstrações financeiras uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todos os conteúdos das contas são comparáveis com os do período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.



Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 20 anos.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos são registados como redução do valor do investimento.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria coletável até 50.000 euros, e à taxa de 20% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estas inerentes.

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 11 - Rédito da Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Resultados transitados

Representa os resultados de exercícios anteriores que não foram objeto de aplicação específica, nomeadamente para reservas ou distribuição aos detentores de capital.

Pode ainda incluir ajustamentos efetuados às contas do balanço de significado relevante que respeitam a exercícios anteriores.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve qualquer alteração nas políticas e nas estimativas contabilísticas.

3.3 - Correção de erros de períodos anteriores

Não houve alterações nem correções de erros de períodos anteriores

3.4 – Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

3.4.1 - Juízos de valor nos processos de aplicação de políticas contabilísticas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4.2 – Principais Fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo	Linha Reta		
Edifícios e outras construções	Custo	Linha Reta	50-25	2-4
Equipamento básico	Custo	Linha Reta	10-5	10-20
Equipamento de transporte	Custo	Linha Reta	8-4	12,5-25
Equipamento administrativo	Custo	Linha Reta	10-5	10-20
Equipamentos biológicos	Custo	Linha Reta		
Outros ativos fixos tangíveis	Custo	Linha Reta	10	10

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Movimentos ocorridos na conta de ativos tangíveis:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Em 31-12-2024										
Quantias brutas	0,00	18 389,34	3 029,88	30 000,00	175 421,67	0,00	19 409,82	0,00	0,00	246 250,71
Depreciações acumuladas	0,00	(9 312,23)	(3 029,88)	(30 000,00)	(123 874,50)	0,00	(9 829,52)	0,00	0,00	(176 046,13)
Quantias líquidas	0,00	9 077,11	0,00	0,00	51 547,17	0,00	9 580,30	0,00	0,00	70 204,58
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	32 100,45	0,00	32 635,30	0,00	0,00	64 735,75
Depreciações e amortizações	0,00	(367,78)	0,00	0,00	(19 504,60)	0,00	(2 731,73)	0,00	0,00	(22 604,11)
Alienações/Abates/Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31-12-2025										
Quantias brutas	0,00	18 389,34	3 029,88	30 000,00	207 522,12	0,00	52 045,12	0,00	0,00	310 986,46
Depreciações acumuladas	0,00	(9 680,01)	(3 029,88)	(30 000,00)	(143 379,10)	0,00	(12 561,25)	0,00	0,00	(198 650,24)
Quantias líquidas	0,00	8 709,33	0,00	0,00	64 143,02	0,00	39 483,87	0,00	0,00	112 336,22

4.2 – Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Não existem ativos fixos tangíveis sobre restrições, garantias e compromissos.

4.3 – Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

Não existem ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill	Custo	Linha Reta	20-10	5-10
Projetos de desenvolvimento	Custo	Linha Reta	10-5	10-20
Programas de computadores	Custo	Linha Reta	6-3	16,66-33,33
Propriedade industrial	Custo	Linha Reta	6-3	16,66-33,33
Outros ativos intangíveis	Custo	Linha Reta	10	10

5.1.2 - Amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas

Não aplicável

5.1.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Movimentos ocorridos na conta de ativos intangíveis:

	Descrição	Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Website Loja Online	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	TOTAL
Em 31-12-2024	Quantias brutas	2 519 982,16	0,00	29 385,71	0,00	2 890,50	0,00	0,00	2 552 258,37
	Depreciações acumuladas	(354 439,68)	0,00	(29 385,71)	0,00	(2 247,93)	0,00	0,00	(386 073,32)
	Quantias líquidas	2 165 542,48	0,00	0,00	0,00	642,57	0,00	0,00	2 166 185,05
	Aquisições	40 298,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 298,74
	Depreciações e amortizações	(128 014,06)	0,00	0,00	0,00	(642,57)	0,00	0,00	(128 656,63)
	Alienações/Abates/Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31-12-2025	Quantias brutas	2 560 280,90	0,00	29 385,71	0,00	2 890,50	0,00	0,00	2 592 557,11
	Depreciações acumuladas	(482 453,74)	0,00	(29 385,71)	0,00	(2 890,50)	0,00	0,00	(514 729,95)
	Quantias líquidas	2 077 827,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 077 827,16

Nota:

No exercício de 2025, o goodwill registou um aumento no montante de 40.298,74 €, decorrente do pagamento de uma componente variável (earn-out) associada à aquisição da sociedade Joiseguros – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência a fase de acabamento da prestação de serviços a data do balanço;

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	4 438 015,46	4 612 334,08
Subsídios à exploração	0,00	284,78
Outros rendimentos	484 052,10	22 318,37
Total	4 922 067,56	4 634 937,23

Nota:

A rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui, no exercício de 2025, o reconhecimento de ganhos em subsidiárias, no montante de 442.230,84 €, ao abrigo do método da equivalência patrimonial, sendo este o principal fator explicativo da sua variação face ao exercício anterior.

6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	3 932,47	2 895,03
Serviços especializados	1 205 207,34	1 357 007,60
Trabalhos especializados	370 872,88	590 618,66
Publicidade e propaganda	84 550,39	8 028,74
Vigilância e segurança	4 121,24	3 424,11
Honorários	12 406,87	7 367,66
Comissões	706 963,04	726 967,85
Conservação e reparação	14 333,52	8 990,37
Serviços bancários e financeiros	4 069,87	4 136,29
Outros	7 889,53	7 473,92
Materiais	50 416,79	41 820,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	97,36	112,49
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	4 879,16	6 069,59
Artigos para oferta	44 850,27	35 638,01
Outros	590,00	0,00
Energia e fluidos	37 402,56	27 121,38
Eletricidade	12 382,87	14 021,36
Combustíveis	21 181,34	10 048,36
Água	3 838,35	3 051,66
Deslocações, estadas e transportes	134 968,77	215 462,01
Deslocações e estadas	134 968,77	215 462,01
Serviços diversos	261 334,59	211 845,64
Rendas e alugueres	160 855,95	122 820,18
Comunicação	31 560,46	29 840,81
Seguros	10 624,73	8 279,27
Contencioso e notariado	839,13	1 571,15
Despesas de representação	20 217,84	22 720,77
Limpeza, higiene e conforto	15 105,90	13 679,85
Outros serviços	22 130,58	12 933,61
Total	1 693 262,52	1 856 151,75

Nota:

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou uma redução no exercício de 2025, essencialmente explicada pela diminuição dos gastos com serviços especializados, em particular na componente de trabalhos especializados, refletindo a redução dos *management charges* imputados pela casa-mãe.

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 - Natureza e extensão das entidades públicas

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subsídios à exploração	0,00	284,78
Total	0,00	284,78

8 - Instrumentos financeiros

8.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período (dezembro 2025):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	250 000,00	0,00	0,00	250 000,00
Outros Instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	883 675,31	0,00	578 843,20	1 462 518,51
Reservas legais	50 000,00	0,00	0,00	50 000,00
Outras reservas	833 675,31	0,00	578 843,20	1 412 518,51
Resultados transitados	994 789,81	0,00	0,00	994 789,81
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	3 712,30	0,00	0,00	3 712,30
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	3 712,30	0,00	0,00	3 712,30
Resultado Líquido do Exercício	578 843,20	578 843,20	522 357,35	522 357,35
Total	2 711 020,62	578 843,20	1 101 200,55	3 233 377,97

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (dezembro 2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	250 000,00	0,00	0,00	250 000,00
Outros Instrumentos de capital próprio	750 000,00	750 000,00	0,00	0,00
Reservas	80 000,00	0,00	803 675,31	883 675,31
Reservas legais	50 000,00	0,00	0,00	50 000,00
Outras reservas	30 000,00	0,00	803 675,31	833 675,31
Resultados transitados	994 712,05	0,00	77,76	994 789,81
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	3 712,30	0,00	0,00	3 712,30
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	3 712,30	0,00	0,00	3 712,30
Resultado Líquido do Exercício	803 675,31	803 675,31	578 843,20	578 843,20
Total	2 882 099,66	1 553 675,31	1 382 596,27	2 711 020,62

8.2 – Dívidas e créditos da entidade reconhecidas à data do balanço

8.2.1 – Fornecedores

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Fornecedores c/c	11 607,34	15 215,59
Total	11 607,34	15 215,59

8.2.2 – Outras dívidas a pagar

Descrição	Valor Período			V. Período Anterior		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Remunerações a liquidar	194 558,64	0,00	194 558,64	325 619,43	0,00	325 619,43
Outros credores por acréscimos	242 123,67	0,00	242 123,67	469 371,43	0,00	469 371,43
Outros devedores e credores	284 840,05	0,00	284 840,05	195 890,52	0,00	195 890,52
Total	721 522,36	0,00	721 522,36	990 881,38	0,00	990 881,38

8.2.3 – Financiamentos obtidos

Descrição	Valor Período			V. Período Anterior		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	1 561,08	0,00	1 561,08	1 808,24	0,00	1 808,24
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associadas	0,00	4 000 000,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 561,08	4 000 000,00	4 001 561,08	1 808,24	0,00	1 808,24

Nota:

No exercício de 2025, a sociedade passou a apresentar financiamentos de médio e longo prazo no montante de 4.000.000 €, classificados como passivos não correntes, integralmente obtidos junto de partes relacionadas. A variação face ao exercício anterior decorre essencialmente do reconhecimento destes financiamentos, sendo os restantes financiamentos de curto prazo de natureza residual.

8.2.4 – Clientes

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Clientes c/c	0,00	1 200,00
Total	0,00	1 200,00

8.2.5 – Outros créditos a receber

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Fornecedores c/c	421,34	6 149,28
Pessoal	0,00	3 106,76
Devedores por acréscimos de rendimentos	167 974,27	412 232,94
Outros devedores e credores	208 473,28	119 492,14
Total	376 868,89	540 981,12

9 - Benefícios dos empregados

9.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Remunerações dos órgãos sociais	184 563,66	75 286,20
Remunerações do pessoal	1 440 371,43	1 247 642,61
Benefícios pós-emprego	134 906,50	43 228,60
Indemnizações	9 267,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	302 943,11	264 335,92
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 061,05	6 012,27
Outros gastos com o pessoal	54 546,25	98 415,65
Total	2 133 659,00	1 734 921,25

Nota:

Em 31 de dezembro de 2025 a sociedade tinha ao seu serviço 47 trabalhadores.

10 - Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Consolidação

10.1 - Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros

Descrição	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos noutras Empresas	Outros Investim. Financeiros	TOTAL
Valor Líquido 31-12-2024	0,00	0,00	0,00	115 847,46	115 847,46
Movimentos do período	4 651 445,84	0,00	0,00	(8 148,43)	4 643 297,41
Valor Líquido 31-12-2025	4 651 445,84	0,00	0,00	107 699,03	4 759 144,87

A rubrica de “investimentos em Subsidiárias” foi movimentada no período por:

- reconhecimento de investimentos em subsidiárias no montante de 4.651.445,84 €, incluindo o custo de aquisição e os efeitos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

A rubrica de “outros investimentos financeiros” foi movimentada no período por:

- ajustamento ao justo valor da participação no Draycott Growth Fund I - Fundo de Capital de Risco Fechado;
- alienação de ações da Norgarante;
- redução do investimento no Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 - Informação por atividade económica

A sociedade desenvolve a sua atividade no âmbito da mediação de seguros (CAE 66220), referindo-se todas as demonstrações financeiras exclusivamente a esta atividade, não se verificando a existência de diferentes atividades económicas que justifiquem a apresentação de informação desagregada.

11.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado no período (dezembro 2025):

Descrição	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extracomunitário	Total
Prestações de serviços	4 424 992,24	13 023,22	0,00	4 438 015,46
Fornecimentos e serviços externos	1 434 714,57	9 728,15	248 819,80	1 693 262,52

Informação por mercado - Quadro Comparativo (dezembro 2024):

Descrição	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extracomunitário	Total
Prestações de serviços	4 602 759,41	9 574,67	0,00	4 612 334,08
Fornecimentos e serviços externos	1 377 778,11	8 264,61	470 109,03	1 856 151,75

11.3 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período
Resultado antes de impostos do período	599 411,77
Imposto corrente sobre o rendimento do período	77 054,42
IRC Estimado	57 938,30
Derrama municipal	4 495,37
Tributações autónomas	14 620,75
Imposto diferido	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	77 054,42
Taxa efetiva de imposto	12,86%

11.4 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Valor Período		V. Período Anterior	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o rendimento	43 771,58	0,00	3 584,40	0,00
Retenção de impostos sobre rendimento	0,00	28 858,01	0,00	36 089,63
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	542,44	0,00	540,98
Imposto do Selo	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	0,00	32 267,34	0,00	35 582,29
Total	43 771,58	61 667,79	3 584,40	72 212,90

11.5 – Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2025, a empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o número de quotas próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do Artigo 66º A do Código das Sociedades Comerciais informa-se que não existem quaisquer operações comerciais ou financeiras não incluídas no Balanço.

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas no período de 2024 foi de 4.428 € (Iva incluído), no período de 2025 foi de 4.428 € (Iva incluído) e referem-se integralmente a serviços de revisão legal de contas.

No âmbito do Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG), introduzido pela legislação aplicável em transposição das regras do Pilar 2 da OCDE, a sociedade integra um grupo multinacional abrangido por este enquadramento, na qualidade de entidade constituinte. Dando cumprimento às obrigações declarativas aplicáveis, a sociedade procedeu à submissão da declaração Modelo 62, relativa ao exercício de 2024, junto da Autoridade Tributária.

12 – Cumprimento de disposições legais (Prestação de serviços de mediação de seguros)

Informação estabelecida ao abrigo do artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Artigo 51.º nº 1

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações:
A Acrisure Portugal reconhece as remunerações de acordo com as normas em vigor, pelo valor das quantias recebidas e pelo justo valor das quantias a receber.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

Remunerações por natureza	Empresas de seguros	Outros mediadores	Clientes
Numerário	4 417 091,54 €	19 549,37 €	1 374,55 €
Espécie	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	4 417 091,54 €	19 549,37 €	1 374,55 €

Remunerações por Tipo	Ramo Vida 31/12/2025	Ramo Não Vida 31/12/2025	Fundos Pensões 31/12/2025
Comissões	131 123,57 €	4 305 517,34 €	0,00 €
Honorários	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras remunerações	0,00 €	1 374,55 €	0,00 €
Total	131 123,57 €	4 306 891,89 €	0,00 €

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem:

Entidade (Origem)	Ramo Vida 31/12/2025	Ramo Não Vida 31/12/2025	Fundos Pensões 31/12/2025
Empresas de seguros	129 437,86 €	4 287 653,68 €	0,00 €
Outros mediadores	1 685,71 €	17 863,66 €	0,00 €
Clientes	0,00 €	1 374,55 €	0,00 €
Total	131 123,57 €	4 306 891,89 €	0,00 €

- d) Níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas:

Entidade (Origem)	%
GENERALI SEGUROS, SA	30,58%

- e) Não aplicável

- f) Contas a pagar e a receber, desagregadas por origem:

Entidade (Origem)	Contas a Receber	Contas a Pagar
Tomadores de Seguros	31 619,68 €	0,00 €
Empresas de Seguros	340 263,62 €	97 285,74 €
Outros Mediadores	1 560,83 €	182 273,89 €
Clientes	0,00 €	0,00 €
Total	373 444,13 €	279 559,63 €

- g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

Por natureza	Contas a Receber	Contas a Pagar
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	340 263,62 €	97 285,74 €
Outras Quantias	33 180,51 €	182 273,89 €
Total	373 444,13 €	279 559,63 €

- h) A idade dos valores mencionados nas alíneas f) e g) não são superiores a 30 dias.

- i) Não aplicável

- j) Não aplicável

- k) Não aplicável

- l) Não aplicável

Artigo 51.º nº 2

- a) Indicação das quatro empresas de seguros cujas remunerações pagas em relação ao total das remunerações auferidas pela carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens:

Entidade (Origem)	%
COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, SA	13,01%
AGEAS PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, SA	8,90%
GENERALI SEGUROS, SA	30,58%
FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, SA	12,58%

b) Não aplicável

Artigo 51.º nº 3

a) Não aplicável

b) Não aplicável

13 - Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela gerência e autorizadas para emissão em 24 de março de 2025.

Continuamos atentos aos fatores macro-económicos que podem afetar a economia mundial, assim como às principais tendências internacionais do nosso setor de atividade e mantemos plena confiança na continuação do desenvolvimento estratégico da Acrisure Portugal.

14 - Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no valor de 522.357,35 Euros, tenha a seguinte aplicação:


Rubrica	Valor
Reservas Livres	522 357,35
Total	522 357,35


Assinado por:

 A950631717553404
 LUCIANO VEIGA BALTAR
 Contabilista Certificado nº 6546

Signed by:

 5C9CC46407534C8
 JASON PATRICK HOWARD
 Gerente

Signed by:

 EA43495810A4402
 JOHN ALEXANDER THOMAS ENGLAND
 Gerente

Assinado por:

 BC6996174E4A484
 RICARDO DOMINGOS ABREU DOS SANTOS MOREIRA
 Gerente

Signed by:

 9429DF3E4960483
 STEFANO FRANCESCO SARDARA
 Gerente

Certificação Legal de Contas 2025



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ACRISURE PORTUGAL – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPESSOAL, LDA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/25 (que evidencia um total de 8 029 737 euros e um total de capital próprio de 3 233 378 euros, incluindo um resultado líquido de 522 357 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 21 de Abril de 2026

PAULO FIGUEIREDO & SÍLVIO AZEVEDO, SROC

Representada por:

Dr. Sílvio António Neves Amorim Azevedo - ROC 872